

URBES SOCIAIS

A INCIDÊNCIA TERRITORIAL DE INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO SOCIAL NA AML: UMA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

SUSANA MONTEIRO

COORDENAÇÃO: ANTÓNIO SAMPAIO RAMOS E NUNO ROMÃO

COLEÇÃO POLÍTICAS & TERRITÓRIOS

WORKING PAPER Nº 01

COLEÇÃO POLÍTICAS & TERRITÓRIOS

A *Coleção Políticas & Territórios* foi concebida com o objetivo de, no âmbito das competências da Unidade de Política Regional da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (UPR-AD&C), contribuir para o debate público em torno das questões do desenvolvimento económico e social e da coesão territorial e do papel que as políticas públicas desempenham neste processo.

Por conseguinte, os *working papers* que compõem esta Coleção visam sobretudo apresentar resultados preliminares de investigações em curso ou pistas para futuras investigações, procurando assim estimular a discussão sobre temas concretos nos quais a UPR-AD&C tem manifesto interesse.

Comentários sobre esta Coleção e os seus *working papers* são bem-vindos e podem ser enviados para upr@adcoesao.pt ou Unidade de Política Regional, Avenida 5 de outubro n.º 153, 1050-053 Lisboa, Portugal.

<http://www.adcoesao.pt/content/estudos-e-working-papers>

Disclaimer

As ideias expressas pelos autores são da sua inteira responsabilidade e não representam necessariamente as posições da instituição.

The views expressed on this paper are the sole responsibility of the authors and not necessarily reflect those of their home institution.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento do presente estudo só foi possível com a colaboração de várias instituições públicas, as quais disponibilizaram informação relevante, quer por via da cedência de dados quantitativos sobre os projetos aprovados, quer por via da concessão de entrevistas quer, ainda, através da facilitação de visitas ao terreno para a observação *in loco* de projetos apoiados.

Cumpre, assim, endereçar um agradecimento especial à equipa do/a:

- Direção-Geral de Educação, nas pessoas do seu Diretor-Geral José Vitor Pedroso, Subdiretor-Geral Pedro Cunha e Coordenador da equipa EIPSE Paulo André.
- Programa Escolhas 6ª Geração, enquadrado no ACM, I.P., na pessoa da sua Diretora Luísa Ferreira Malhó.
- Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3ª Geração, na pessoa da Diretora da Unidade de Apoio a Programas do Departamento de Desenvolvimento Social e Programas do ISS, I.P., Cristina Rodrigues.
- Programa Operacional Regional Lisboa 2020, nas pessoas das Secretárias Técnicas Isabel Quaresma e Dulce Barros.

Cumpre, igualmente, agradecer o apoio dos elementos da equipa da UPR-AD&C que participaram diretamente no desenvolvimento do presente estudo.

URBES SOCIAIS

A INCIDÊNCIA TERRITORIAL DE INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: UMA AGENDA DE INVESTIGAÇÃO FUTURA

RESUMO

Nas décadas mais recentes as sociedades ocidentais, cada vez mais incertas e fragmentadas, mas também mais interligadas e globais, foram confrontadas com um leque de desafios trazidos pela globalização económica e de oportunidades geradas pelas novas tecnologias de informação e comunicação que (re)formataram o modo como se organizam e como estruturam os seus processos de desenvolvimento. Para autores como Manuel Castells é inquestionável a emergência de um novo paradigma societal – economia informacional – alicerçado na organização em rede, no pressuposto de que esta é a melhor geometria para fazer face à atual incerteza, volatilidade e ritmo vertiginoso da mudança que não encontra paralelo na história da Humanidade.

Neste quadro, os contextos urbanos ganham uma nova centralidade, afirmando-se como o *locus* da globalização (Vale, 2007) onde os fluxos económicos são descodificados, os novos modos de vida e padrões de consumo materializados e as tensões e filiações sociais vivenciados. As cidades do século XXI tornam-se, assim, espaços concretos de oportunidades pessoais e coletivas, mas também de exclusão e segregação social e espacial.

Esta complexidade crescente dos contextos urbanos coloca vários reptos tanto aos governos (centrais e locais) como às organizações da sociedade civil cada vez mais corresponsáveis por “... intervenções específicas a favor de territórios ou grupos alvo em que as situações ou os riscos de pobreza são cumulativas com as de exclusão social ...” (Acordo de Parceria, p. ii).

Face ao exposto e atendendo à realidade portuguesa, os fundos da Política de Coesão para o período de programação 2014-2020 (PT2020) reconhecem e acolhem o imperativo do combate à pobreza e exclusão social (através de vários objetivos temáticos, com particular destaque para o OT9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação), prevendo em sede regulamentar diversas iniciativas que estimulam o desenvolvimento de ações integradas de âmbito local promovidas por redes de atores. Estas traduziram-se num quadro instrumental que inclui (mas não se esgota) as iniciativas DLBC, o Programa CLDS 3.ª Geração, o Programa Escolhas 6.ª Geração e o Programa TEIP, objetos do presente estudo, nomeadamente no que se refere à sua implementação na Área Metropolitana de Lisboa.

Considerando a fase ainda inicial de implementação de algumas destas iniciativas no âmbito do PT2020, torna-se pertinente no momento presente identificar os territórios onde decorrem as operações bem como o tipo de atores envolvidos na sua implementação, de modo a alicerçar uma agenda de investigação futura capaz de dar resposta a questões efetivamente relevantes para a diversidade de atores envolvidos (incluindo os destinatários finais das políticas, os beneficiários dos apoios comunitários e as autoridades nacionais e europeias relevantes).

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão social, Área Metropolitana de Lisboa, Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), Programa Escolhas, Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

Códigos JEL: H70, H75, I38, R58

SOCIAL URBES

THE TERRITORIAL INCIDENCE OF SOCIAL POLICY INSTRUMENTS IN THE LISBON METROPOLITAN AREA: A RESEARCH AGENDA FOR THE FUTURE

ABSTRACT

In recent decades, Western societies, increasingly uncertain and fragmented but also more interconnected and global, have been confronted with a range of challenges and opportunities generated by economic globalization and new information and communication technologies that have (re)shaped the way they are organized and how they structure their development processes. For authors such as Manuel Castells, the emergence of a new societal paradigm - informational economics - based on network organization is unquestionable, assuming that this is the best geometry to deal with the current uncertainty, volatility and vertiginous rhythm of the change that has not parallel in the history of Humanity.

The urban contexts gain a new centrality, claiming themselves as the *locus* of globalization (Vale, 2007), where economic flows are decoded, new modes of life and patterns of consumption materialized and social tensions and social affiliations experienced. The cities of the 21st century thus become concrete spaces of personal and collective opportunities, but also of social exclusion and segregation.

This growing complexity of urban contexts poses a number of challenges to both (central and local) governments and civil society organizations increasingly co-responsible for "... specific interventions in favor of territories or target groups where situations or risks of poverty are cumulative with those of social exclusion ... "(Partnership Agreement, page ii).

In this sense and given the portuguese reality, Cohesion Policy funds for the 2014-2020 programming period (PT2020) recognize and embrace the imperative of combating poverty and social exclusion (through a number of thematic objectives, in particular the TO9 - Promoting social inclusion and combating poverty and discrimination), providing for regulating various initiatives that stimulate the development of integrated actions at the local level promoted by networks of actors. These have been translated into an instrumental framework which includes DLBC, CLDS 3rd Generation, Escolhas Programme 6th Generation and TEIP, objects of the present study, namely with regard to its implementation in the Lisbon Metropolitan Area.

Considering the initial phase of implementation of some of these initiatives within the scope of the PT2020, it is pertinent to signal at the present moment the location of the operations as well as the type of actors involved in order to base a future research agenda capable of answering questions Effectively relevant to the diversity of actors involved (including policy final beneficiaries, beneficiaries of European funds and relevant national and European authorities).

Keywords: Poverty, Social exclusion, Lisbon Metropolitan Area, Community-Led Local Development (CLLD), Local Social Development Contracts (CLDS), Escolhas Programme, Educational Territories of Priority Intervention Programme (TEIP).

JEL Codes: H70, H75, I38, R58

ÍNDICE

RESUMO	4
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO	7
1. ENQUADRAMENTO PROGRAMÁTICO	8
2. METODOLOGIA.....	14
3. ANÁLISE E RESULTADOS.....	15
4. CONCLUSÕES E PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS	21
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICES E ANEXOS	28

INTRODUÇÃO

O estudo agora apresentado visa analisar a incidência dos instrumentos territorializados de política pública de combate à pobreza e exclusão social na Área Metropolitana de Lisboa, apoiados pelos FEEI no atual período de programação. A análise baseia-se em duas dimensões: a manifestação territorial das intervenções apoiadas e a densidade dos atores institucionais envolvidos especialmente na sua operacionalização.

Atendendo ao objetivo exposto e às dimensões de análise relevantes, o estudo elege como objetos de investigação quatro instrumentos de política pública, todos eles apoiados pelo Programa Operacional Regional Lisboa 2020: (i) Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3.ª Geração; (ii) Programa Escolhas 6.ª Geração; (iii) Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária; e (iv) Iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária de âmbito urbano.

O trabalho desenvolvido, sobretudo durante o ano de 2017, encontra-se sistematizado no presente *working paper* e organiza-se em quatro capítulos sequenciais.

No capítulo 1 é elencada a base concetual e programática que suporta o estudo, com a descrição da relevância do tipo de fenómeno sob análise – as manifestações urbanas da pobreza e exclusão social e as intervenções públicas territorializadas que visam especificamente a sua mitigação – e com a apresentação detalhada dos quatro objetos de estudo.

No capítulo 2 são sistematizadas as opções metodológicas da investigação, com a descrição da abordagem multimétodo adotada, designadamente no que diz respeito às fontes e ao tipo de informação utilizada.

No capítulo 3 são apresentados os principais resultados da aplicação da metodologia de trabalho, tendo em conta as duas dimensões de análise adotadas: território e atores.

Por último, no capítulo 4 é gizado um esboço de agenda de investigação futura sobre a matéria analisada, com a ambição de contribuir para o debate, atual e futuro, sobre a territorialização das políticas públicas (*place-based policies*) em Portugal.

1. ENQUADRAMENTO PROGRAMÁTICO

Os contextos urbanos assumem hoje uma centralidade reforçada, afirmando-se como o *locus* da globalização (Vale, 2007) onde os fluxos económicos são descodificados, os novos modos de vida e padrões de consumo materializados e as tensões e filiações sociais vivenciadas. Ao espaço dos fluxos, do poder e da riqueza que se projeta pelo mundo (facilitado pela afirmação das novas tecnologias de informação e comunicação) as cidades contrapõem o espaço dos lugares, das identidades particulares historicamente enraizadas, onde a vida e a experiência das pessoas e das suas comunidades acontecem quotidianamente.

Esta centralidade é captada, desde logo, por indicadores demográficos sublinhando-se o facto de 2007 ter representado o ano em que pela primeira vez na história o número de população mundial urbana suplantou o número de população rural.

“Hoje, 54 por cento da população mundial vive em áreas urbanas [face aos 30% registados em 1950], uma proporção que se espera venha a aumentar para 66 por cento em 2050. (...) Em 2014, há 28 mega-cidades no mundo [e] em 2030 espera-se que haja 41 mega-cidades com 10 milhões de habitantes ou mais” (United Nations, 2014).

Mas a evidência da relevância dos contextos urbanos não se esgota nestes números impressionantes. As cidades agregam cada vez mais serviços básicos, ofertas culturais, empregos diversificados, oportunidades de formação, habitação moderna, entre muitos outros aspetos. Como indica o estudo da OCDE (2016) *Making Cities Work for All: Data and Actions for Inclusive Growth*, as cidades dos países membros desta organização internacional contribuíram em cerca de 60% para a criação total de emprego e para o crescimento do PIB nos últimos 15 anos. Porém, se as cidades são inequívocos espaços de possibilidades de realização pessoal e coletiva, a verdade é que também encerram em si dinâmicas de exclusão social e segregação territorial. Ou seja, muitas pessoas residentes nas cidades são marginalizadas, não beneficiando na sua plenitude de todas as oportunidades que as cidades disponibilizam.

“At the same time, inequality of income and other well-being outcomes is higher in cities than elsewhere. (...) Income inequality – which has been rising in the last decades – is higher, on average, in cities than in their respective countries. Moreover, the larger the city, the greater its income inequality.” (OCDE, 2016)

O mais recente Relatório da Comissão Europeia sobre coesão económica, social e territorial (European Union, 2017) reforça esta ideia quando refere explicitamente que as cidades europeias combinam oportunidades e desafios, permanecendo por resolver problemas diversos como o das bolsas de pobreza mesmo em cidades relativamente ricas.

Esta complexidade dos contextos urbanos coloca vários reptos tanto aos governos (centrais e locais) como às organizações da sociedade civil cada vez mais corresponsáveis por “... intervenções específicas a favor de territórios ou grupos alvo em que as situações ou os riscos de pobreza são cumulativas com as de exclusão social ...” (Acordo de Parceria, p. ii). Coloca, igualmente, reptos às instâncias europeias e aos fundos da Política de Coesão, designadamente o FEDER e o FSE, enquanto instrumentos de financiamento capazes de induzir políticas, intervenções e arranjos institucionais específicos em prol de cidades, social e economicamente,

mais coesas. É hoje claro que a necessária aposta em políticas sociais cuja substância seja relevante e consequente em matéria de resultados deve ser acompanhada por uma aposta em modelos institucionais igualmente impactantes que permitam não só trazer a bordo das políticas os atores e as populações locais, mas que contribuam para uma maior eficácia das políticas.

Nesta matéria existe uma vasta reflexão sobre governança territorial produzida tanto por académicos como por políticos e gestores públicos. É, neste ponto, incontornável referir mais uma vez o último Relatório sobre coesão económica, social e territorial (que dedica um capítulo a este tema) e o debate muito atual em torno do conceito de *place-based policies* e de governança multinível.

Atendendo à realidade portuguesa e ao contexto das políticas públicas cofinanciadas pelos fundos da Política de Coesão para o período de programação 2014-2020, o Estado Português reconhece e acolhe o imperativo do combate à pobreza e exclusão social (através de vários objetivos temáticos, com particular destaque para o OT9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação), prevendo diversas iniciativas que estimulam o desenvolvimento de ações integradas de âmbito local promovidas por redes de atores, as quais assumem uma particular incidência em contextos fortemente povoados, como a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Figura 1: Área Metropolitana de Lisboa, 2017



Fonte: Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais, Unidade de Política Regional.

A seleção da AML para o presente estudo é relativamente evidente, considerando que é a área metropolitana portuguesa (i) mais populosa, concentrando 2.821.349 habitantes, ou seja, 27% da população total no ano de 2016, (ii) com uma densidade inquestionável de massa crítica e de atores organizacionais e, ainda, (iii) com um único PO financiador – o POR Lisboa 2020.

Segundo o Plano de Ação Regional de Lisboa 2014–2020, a AML apresenta problemas muito concretos de pobreza e exclusão social, a par de outro tipo de fenómenos como o célere envelhecimento da população, a desestruturação dos núcleos familiares tradicionais, o aumento das famílias monoparentais e, ainda, o isolamento de idosos constituindo este último “... uma das dimensões sociais mais críticas com que a Região se confronta.” (p. 37). O texto deste programa de ação está em linha com a reflexão desenvolvida nos documentos europeus e internacionais mencionados anteriormente quando refere de forma inequívoca a “... coexistência de diferentes realidades na Região de Lisboa, nem sempre se conseguindo garantir que os benefícios do crescimento económico beneficiem todos os territórios e todos os grupos ... A territorialização da pobreza e da exclusão social na Região de Lisboa evidencia que tendem a persistir não só alguns territórios urbanos problemáticos, designadamente, algumas aglomerações de barracas ainda por erradicar, como também novas áreas de concentração de pobreza e com graves problemas na inclusão social das comunidades, decorrentes da atual crise económica, financeira e social” (CCDR-LVT, 2014: pp. 41 e 42).

A concentração de problemas sociais em zonas específicas da Região tem motivado a aposta em vários instrumentos territorializados de combate à pobreza e exclusão social, os quais constituem o objeto de investigação do presente estudo:

- Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3.ª Geração (CLDS 3G)
- Programa Escolhas 6.ª Geração (E6G)
- Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)
- Iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) urbanas

Estes instrumentos de política pública apresentam uma forte ancoragem territorial reconhecendo, cada um *per si*, a importância de ajustar as intervenções tanto aos problemas concretos das comunidades como aos recursos disponíveis em cada território. Nesta matéria, importa sublinhar a ausência de uma definição prévia e alinhada de território entre os vários instrumentos. Ainda assim, e atendendo à reflexão produzida na avaliação estratégica do QREN *Contributo do QREN para a Inclusão Social de Indivíduos Residentes em Territórios Urbanos Problemáticos* (AMA & CEDRU, 2013) considera-se para efeitos de análise o conceito “territórios urbanos problemáticos”, enquanto áreas urbanas informais sem delimitação administrativa definida, caracterizadas pela “... coexistência de múltiplas problemáticas socio-urbanísticas, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações e organizações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes está associado e pela prevalência de obstáculos diversos ao surgimento de oportunidades” (AMA & CEDRU, 2013, p. 3). É com base nesta definição que os referidos instrumentos de política pública são analisados, ainda que os TEIP apresentem uma conceção diferente, centrada no espaço-escola.

O **Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social** (uma das referências atuais no respeitante à territorialização da intervenção social em Portugal) foi criado em 2007 dando cumprimento às orientações então definidas no PNAI – Plano Nacional de Ação para a Inclusão (2006-2008). Atualmente na sua terceira geração (CLDS 3G), o Programa promovido pelo Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.) conta com o apoio do Fundo Social Europeu (FSE) através dos POR de Lisboa e do Algarve, bem como do PO Temático Inclusão Social e Emprego (nas regiões Norte, Centro e Alentejo). Durante as três gerações deste programa foram introduzidos alguns ajustamentos, decorrentes de necessidades de agilização dos processos de implementação, assim como de alterações contextuais, designadamente no quadro de emergência social que marcou os anos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro. O

foco atual dos CLDS 3G, com duração até final de 2018 (para projetos iniciados em 2015 e 2016), são os territórios especialmente afetados pelo desemprego e marcados por situações críticas de pobreza (em especial a pobreza infantil), não descurando os territórios envelhecidos e os territórios fortemente atingidos por calamidades.

Em matéria de intervenções específicas, e atendendo à natureza *top-down* do próprio programa (os territórios, os eixos e o tipo de ações elegíveis são definidos pelo ISS, I.P., entidade ainda responsável pelo acompanhamento e monitorização dos projetos), as ações previstas são maioritariamente semelhantes apostando: (i) na promoção do emprego, da formação e da qualificação (e.g. desenvolvimento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo, capacitação e desenvolvimento de atitudes de procura ativas de emprego); (ii) intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil (e.g. mediação de conflitos, programas de competências que impliquem ações de apoio escolar e atividades de reforço pessoal, social e cultural envolvendo os pais); (iii) capacitação da comunidade e das instituições (e.g. criação/revitalização de associações de moradores, temáticas ou juvenis). No que diz respeito ao modelo de governança do CLDS 3G este assenta numa relação contratual entre a entidade responsável pelo programa – ISS, I.P. – e os atores locais responsáveis pela execução do plano de ação¹ correspondente ao projeto aprovado, assumindo-se assim como um importante instrumento de intervenção de proximidade. Estas entidades, organizadas em parceria, são lideradas por uma entidade coordenadora local da parceria (ECLP) escolhida entre os membros do Conselho Local de Ação Social (CLAS) do município onde o CLDS 3G é implementado e com responsabilidades previamente estabelecidas em sede legislativa².

O **Programa Escolhas**, tal como o CLDS, é um Programa governamental de âmbito nacional promovido, neste caso, pela Presidência do Conselho de Ministros através do Alto Comissariado para as Migrações – ACM, I.P. (gestor do Programa). Criado em 2001 sob o nome Programa para a prevenção da criminalidade e inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, o Programa encontra-se na sua 6.ª geração (E6G). O E6G financia atualmente projetos em território nacional e 2 experiências internacionais (no Luxemburgo e no Reino Unido), com o objetivo de promover a inclusão social de crianças e jovens de contextos socioeconómicos vulneráveis, visando a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social. Para esse efeito conta com o apoio do FSE através dos POR de Lisboa e do Algarve, bem como do PO Temático Inclusão Social e Emprego (nas regiões Norte, Centro e Alentejo).

Com um foco crescente nas necessidades e especificidades das comunidades locais e uma clara preocupação com as questões da educação, formação e empregabilidade, o Programa Escolhas é hoje mais abrangente do que na sua fase inicial, quer em termos de âmbito de intervenção (temático e geográfico) quer ao nível do número de projetos apoiados. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015 que renova o Programa Escolhas até 2018 é clara nesta matéria, quando define cinco medidas de intervenção: (i) educação e formação, visando contribuir para a inclusão escolar e para a educação não formal, bem como para a formação e qualificação profissional; (ii) empregabilidade e emprego, visando contribuir para a promoção do emprego e empregabilidade, favorecendo a transição para o mercado de trabalho; (iii) participação, direitos e deveres cívicos e comunitários, visando contribuir para a participação e cidadania, permitindo uma maior consciencialização sobre os direitos e deveres cívicos e comunitários; (iv) inclusão

¹ Elaborado com base nos instrumentos de planeamento do Conselho Local de Ação Social (CLAS), nomeadamente no diagnóstico social e/ou no plano de desenvolvimento social concelhio.

² Portaria n.º 179-B/2015 de 17 de junho (Regulamento Específico do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3.ª Geração), artigo 9º “Entidade coordenadora local da parceria”.

digital, de carácter transversal; (v) capacitação e empreendedorismo, visando apoiar o empreendedorismo e a capacitação dos jovens.

No que se prende com o modelo de governança do Programa, verifica-se novamente uma aposta numa relação contratual formal entre a entidade gestora – ACM, I.P. – e as entidades locais responsáveis pela execução do projeto aprovado. Estas entidades estão organizadas num modelo de consórcio (Acordo de Consórcio com o envolvimento de, no mínimo, 4 entidades) estando prevista a existência de uma instituição promotora e instituições parceiras podendo qualquer uma delas assumir funções de gestão do projeto³. Este modelo de parceria, apesar de envolver mais atores por projeto do que o CLDS 3G (por força de imposição legislativa) assume o mesmo carácter operacional. São, em qualquer um dos casos, modelos de articulação sobretudo operacional entre entidades locais formalmente responsáveis (e com o devido orçamento atribuído) pela execução de atividades concretas nos projetos em que estão envolvidas.

Relativamente às **iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária⁴ (DLBC)** em contextos urbanos, importa desde logo sublinhar que o atual modelo tem a sua origem no início dos anos 90 do século XX, com a iniciativa comunitária LEADER, enquanto abordagem integrada e multissetorial, dinamizada através de um grupo de ação local (GAL) e cuja principal aspiração era o desenvolvimento dos territórios rurais, através da promoção dos seus recursos endógenos. Introduzido neste ciclo de programação como uma evolução da abordagem LEADER (e que integra igualmente a experiência adquirida com o Programa URBAN), o DLBC visa, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, por via da materialização de estratégias de desenvolvimento local (EDL) que enquadram um conjunto coerente de operações, concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em GAL. Nos contextos urbanos a iniciativa DLBC⁵ dirige-se especificamente a comunidades económica e socialmente fragilizadas, com população entre 10.000 e 150.000 habitantes (considerando-se a possibilidade de derrogações, devidamente fundamentadas, que permitissem o abaixamento do limiar mínimo para os 5 000 habitantes) visando a “... promoção de iniciativas integradas de promoção da inclusão social, com ênfase no empreendedorismo social, de combate à pobreza e ao abandono escolar ...” (Acordo de Parceria, p. 300).

De sublinhar que, à semelhança do CLDS 3G e do E6G, também as iniciativas DLBC urbanas encontram no planeamento estratégico de âmbito local (EDL neste último caso e Plano de Desenvolvimento Social – PDS – nos CLDS 3G e E6G) o devido enquadramento para a ação. Não obstante existem diferenças significativas, nomeadamente ao nível da validação da estratégia. Se as EDL foram alvo de avaliação e contratualização no processo de constituição das DLBC urbanas, os PDS são instrumentos de âmbito mais geral que enquadram as diversas intervenções ao nível local e que não são validados no quadro do financiamento dos projetos.

No que se prende com o modelo de governança adotado no âmbito destas iniciativas, existe uma vez mais uma aposta inequívoca nas parcerias interorganizacionais (os GAL) lideradas por uma entidade com fortes vínculos (ou conhecimento) ao território intervencionado e que se relaciona com a administração central (neste caso concreto a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional relevante) através de um contrato formal. No entanto, a

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015, artigos 7º “Instituição promotora e instituições parceiras” e 8º “Consórcio”.

⁴ Para maior detalhe sobre a iniciativa e a sua implementação nos três tipos de território previstos regulamentarmente (urbanos, rurais e costeiros) consultar o Relatório Anual dos Fundos Europeus 2015, pp. 102-104.

⁵ Para maior detalhe consultar o Aviso de Abertura de Concurso referente à 1ª fase das DLBC – Pré-qualificação (AAC_DLBC-99-2014-01).

natureza da parceria é diversa daquela que enforma as parcerias CLDS 3G e E6G, tratando-se de uma parceria sobretudo estratégica e não tanto operacional. Ou seja, o GAL de um DLBC urbano está mandatado para, à luz de um determinado orçamento específico para o período de programação e de uma estratégia de desenvolvimento previamente definida, aprovada e contratualizada com a AG do Programa Operacional Regional, selecionar os projetos que melhor permitam concretizar essa estratégia e atingir as metas de desenvolvimento a que se propõe. A centralidade do modelo de parceria está bem patente no facto de ter sido criado um momento específico de pré-qualificação das parcerias onde a sua qualidade foi avaliada à luz de critérios rigorosos e previamente definidos.

Por último, o **Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)** é uma iniciativa governamental promovida desde 1996 pela Direção-Geral da Educação, abrangendo nessa primeira fase 35 agrupamentos de escolas, em áreas de exclusão social da Grande Lisboa e do Grande Porto. Desde então o TEIP tem sofrido algumas revisões e várias fases de alargamento. Atualmente o Programa está presente em 137 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do Programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos. Para o efeito os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas desenvolvem planos plurianuais de melhoria (PPM), onde constam as ações necessárias e conducentes à concretização dos objetivos enunciados. É parte integrante deste processo de melhoria organizacional um conjunto de recursos adicionais que visam alavancar as práticas educativas dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas: docentes com horário completo, horas de crédito horário e técnicos especializados (e.g. psicólogos, animadores e assistentes sociais).

Neste Programa o conceito de território diverge dos anteriores assumindo os limites físicos dos agrupamentos de escola em que são desenvolvidos os projetos TEIP. Ainda assim, existe um reconhecimento de que a intervenção não se esgota neste contexto específico, devendo a mesma ser alargada e interagir com o meio envolvente aos agrupamentos de escola, segundo uma lógica de complementaridade e de maior eficiência dos recursos mobilizados. Sendo certo que este desiderato ainda está por ser cumprido na sua plenitude, também é verdade que as escolas e os respetivos agrupamentos participam cada vez mais em iniciativas comunitárias (sejam elas projetos como o próprio E6G ou estruturas de parceria como os CLAS ou os Conselhos Municipais de Educação) o que tende a favorecer o cumprimento do objetivo de abertura à comunidade e de alargamento do próprio conceito de território no quadro do Programa TEIP. Em matéria de modelo de governança, o TEIP aposta numa relação contratual entre o Estado (Direção-Geral da Educação) e as escolas (agrupadas ou não) baseada num plano plurianual de melhoria onde estão definidas as metas acordadas entre as partes, bem como os recursos a mobilizar. Não existe, neste caso em concreto, o desenvolvimento e a formalização de uma estrutura de parceria de âmbito local. No entanto, é de sublinhar que as relações de cooperação regular entre as escolas e alguns dos seus parceiros “privilegiados” como as Câmaras Municipais e as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (apenas para enumerar alguns) facilitam, em muito, o desenvolvimento do Programa TEIP nos modelos em que está atualmente pensado.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente estudo está alicerçado numa abordagem metodológica mista, implementada em quatro etapas sequenciais, para além da necessária revisão da literatura relevante sobre pobreza e exclusão social em contextos urbanos.

ETAPA 1

Na primeira fase do estudo foi explorada a informação correspondente aos projetos aprovados no âmbito do período de programação 2014-2020, tendo como principais variáveis de análise a “Localização das operações” (concelho, freguesia e bairro) e o “Beneficiário” das operações e respetiva “Parceria/Consórcio”, quando aplicável. O tratamento destes dados permitiu, entre outras análises, elaborar os mapas constantes do apêndice “Projetos em curso”.

Esta análise teve por base três fontes de informação: o sistema de monitorização do Portugal 2020 (SM PT 2020), designadamente sobre os projetos aprovados no âmbito do Programa CLDS 3G e submetidos no âmbito do Programa TEIP; a base de dados disponibilizada pelo ACM, I.P. sobre os projetos aprovados no âmbito do Programa Escolhas 6.ª Geração; e ainda a lista de projetos TEIP em curso, disponibilizada publicamente pela DGE.

ETAPA 2

Após a análise dos dados disponíveis no SM PT 2020 foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a representantes das quatro entidades diretamente responsáveis pela dinamização dos objetos de estudo, ou seja, o Alto-Comissariado para as Migrações pelo Programa Escolhas 6.ª Geração, a Direção-Geral da Educação (DGE) pelo Programa TEIP, o Instituto de Segurança Social pelo Programa CLDS 3.ª Geração e o POR Lisboa 2020 pelas iniciativas DLBC Urbanas.

ETAPA 3

Das entrevistas realizadas, designadamente da entrevista efetuada junto da DGE resultou uma visita ao terreno (observação *in loco*) para contacto direto com Agrupamentos de Escolas TEIP da AML Sul (concelhos de Almada, Barreiro e Seixal).

ETAPA 4

A fase final do estudo visou a devolução e discussão dos resultados com as instituições anteriormente entrevistadas, numa reunião de trabalho conjunta especificamente agendada para o efeito.

3. ANÁLISE E RESULTADOS

Os instrumentos de política pública descritos no ponto anterior apoiam um leque bastante vasto de projetos em toda a Área Metropolitana de Lisboa. À data de 30 de junho de 2017, é possível contabilizar um **total de 126 projetos** apoiados pelos fundos da Política de Coesão (FEDER e FSE).

Quadro 1: Instrumentos territorializados de inclusão social na AML, 30.06.2017

Instrumento de política pública	Projetos aprovados (Nº)	Concelhos abrangidos (total AML= 18)		Freguesias abrangidas (total AML= 118)	Entidade envolvidas (Nº)	Fundo aprovado (euros)
		Nº	Designação			
CLDS 3G	15	15	Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Setúbal, Sintra	49	35	3.237.080
E6G	47*	13	Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra	44	337	5.999.319
TEIP	46	12	Almada, Amadora, Barreiro, Lisboa, Loures, Moita, Oeiras, Palmela, Seixal, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira	35	46	18.423.171
DLBC Urbano	18**	15	Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira	54	294	13.366.254
TOTAL	126	18	Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira	98	571	41.025.824

Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020; Programa Escolhas; Direção-Geral da Educação.

* Inclui os projetos experimentais.

** Inclui todas as iniciativas DLBC aprovadas (ainda que duas não tenham sido contratualizadas e outras duas não tenham solicitado apoio para a sua dinamização).

No âmbito do **Programa CLDS 3G** estão em curso 15 projetos (apoiados pelo POR Lisboa no âmbito do OT9, PI 9.1 – Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade) em que se estima envolver um total de 32.317 participantes, 5% dos quais (em média) deverão ser abrangidos por medidas ativas de emprego ou formação profissional (importa sublinhar que 14 dos 15 projetos incidem em territórios especialmente afetados por desemprego). Os restantes 95% estão envolvidos num leque muito diversificado de iniciativas que vão desde a “Sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo” até ao “Apoio à auto-organização dos habitantes” passando pela “Promoção de estilos de vida saudáveis” e a “Mediação de conflitos familiares”, apenas para referir alguns exemplos.

Estes projetos, com um cofinanciamento total estimado de 3,2 M€ de FSE (o correspondente a 50% do total elegível aprovado), apresentam uma forte incidência territorial, estando presentes em 15 dos 18 municípios e 49 das 118 freguesias da AML. Esta incidência territorial faz-se sentir sobretudo numa dimensão infra-freguesia, com a maioria dos projetos a intervir ao nível do bairro, enquanto território urbano problemático (e.g. o bairro do Pendão em Sintra, o bairro 6 de maio na Amadora ou o Vale da Amoreira na Moita).

No que se prende com a dimensão institucional do Programa, foram mobilizadas 35 entidades⁶ de direito privado sem fins lucrativos (incluindo ECLP e parceiros) que atuam na área do desenvolvimento social, designadamente instituições particulares de solidariedade social e equiparadas, misericórdias, fundações, associações empresariais e cooperativas de solidariedade social.

Da análise da rede de atores envolvidos direta e formalmente na implementação de projetos CLDS 3G, resulta clara a aposta na diversidade de entidades (33 em 35 entidades apenas estão presentes num único projeto). Ainda assim, sinaliza-se o envolvimento de entidades como a RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social CRL e a Fundação Aga Khan Portugal que coordenam dois e três CLDS 3G, respetivamente. No caso da RUMO participa ainda em mais dois projetos CLDS 3G.

Quadro 2: Entidades envolvidas na promoção de projetos CLDS 3G, 30.06.2017

Designação da entidade	N.º de projetos CLDS 3G que promove	Concelho
Fundação AGA KHAN Portugal	3	Lisboa, Oeiras e Sintra
RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social CRL	2	Barreiro e Moita
Santa Casa da Misericórdia de Almada	1	Almada
Santa Casa da Misericórdia de Amadora	1	Amadora
SEACOOP - Social Entrepreneurs Agency, CRL	1	Cascais
Associação Luís Pereira da Mota	1	Loures
Irmandade da Misericórdia da Venda do Pinheiro	1	Mafra
Centro Social de São Pedro do Afonsoeiro	1	Montijo
Centro Comunitário Paroquial de Famões	1	Odivelas
Fundação COI	1	Palmela
Associação dos Reformados e Idosos da Freguesia de Amora	1	Seixal
SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CRL	1	Setúbal

Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020.

Relativamente ao **Programa Escolhas 6.ª Geração**, estão atualmente em curso 47 projetos (6 M€ de FSE, o correspondente a 50% do total elegível aprovado) em 13 dos 18 municípios e 44 das 118 freguesias da AML. São projetos que apostam sobretudo nas medidas 1 (educação e formação), 3 (participação, direitos e deveres cívicos) e 4 (inclusão digital). O E6G, à semelhança do CLDS 3G, intervém fundamentalmente ao nível do bairro, apresentando uma capilaridade de projetos na AML muito significativa. Não obstante, não existe uma definição prévia do território no E6G, sendo as entidades locais que propõem o território a intervencionar, ao contrário do que sucede com os CLDS 3G (seleção prévia seguida de convite ao respetivo município).

Em matéria institucional, o E6G apresenta uma forte capacidade de mobilização dos atores locais, nomeadamente autarquias locais, agrupamentos de escolas, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, associações de imigrantes e instituições particulares de solidariedade social, entre outros. No contexto específico da AML, a atual geração do Programa mobiliza 337 entidades, o que perfaz uma média de 7 entidades por projeto.

Das entidades envolvidas e atendendo às funções de promoção dos projetos E6G, constata-se o envolvimento de algumas organizações em mais do que um projeto, nomeadamente a Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem com a promoção de três E6G e a Associação Luso

⁶ Portaria n.º 179-B/2015 de 17 de junho (Regulamento Específico do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – 3.ª Geração), artigo 10º “Entidades locais executoras das ações”.

Caboverdeana de Sintra, os Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional e a Câmara Municipal de Oeiras, com a promoção de dois E6G cada.

Quadro 3: Entidades envolvidas na promoção de projetos E6G, 30.06.2017

Designação da entidade	N.º de projetos E6G que promove	Concelho
Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem	3	Amadora e Lisboa
Associação Luso Caboverdeana de Sintra	2	Sintra
Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional	2	Lisboa
Câmara Municipal de Oeiras	2	Oeiras
Lifeshaker - Associação	1	Almada
Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro	1	Almada
Junta de Freguesia da Costa da Caparica	1	Almada
Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEPE) – Comité Português	1	Amadora
Pressley Ridge - Associação de Solidariedade Social	1	Amadora
Associação de Jardins Escolas João de Deus	1	Amadora
CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social	1	Amadora
Rumo, Cooperativa de Solidariedade Social, Crl	1	Barreiro
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro	1	Barreiro
Câmara Municipal de Cascais	1	Cascais
TESE - Associação para o Desenvolvimento	1	Cascais
Aventura Social - Associação	1	Lisboa
Junta de Freguesia das Avenidas Novas	1	Lisboa
Associação Mais Cidadania	1	Lisboa
Junta de Freguesia do Beato	1	Lisboa
Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO	1	Lisboa
Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social	1	Lisboa
Junta de Freguesia de Campolide	1	Lisboa
Associação Nacional de Futebol de Rua	1	Lisboa
Agrupamento de Escolas da Apelação	1	Loures
ABA - Associação Beneficente de Ajuda	1	Loures
CSEPC - Cooperativa Sócio Educativa Para Desenvolvimento Comunitário, Crl	1	Loures
CRIVA-Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira	1	Moita
Fundação Santa Rafaela Maria	1	Moita
Câmara Municipal de Montijo	1	Montijo
Rute - Associação de Solidariedade Social	1	Oeiras
Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal	1	Oeiras
Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens	1	Seixal
Junta de Freguesia de Amora	1	Seixal
APE - Associados para Educar	1	Seixal
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal	1	Setúbal
Junta de Freguesia de Aqualva e Mira Sintra	1	Sintra
Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário	1	Sintra
Junta de Freguesia de Rio de Mouro	1	Sintra
Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos	1	Sintra
União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão	1	Sintra
Junta Freguesia Casal de Cambra	1	Sintra
Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins	1	Sintra

Fonte: Programa Escolhas.

No que se reporta às iniciativas **DLBC Urbanas**, estão contratualizadas 18 parcerias (o que corresponde a 72% do total de DLBC urbanas contratualizadas em todo o país), com uma subvenção global aprovada de 13,4 M€ e com uma incidência em 15 dos 18 concelhos e em 54 das 118 freguesias da AML. Estas DLBC são apoiadas no âmbito do POR Lisboa através das PI 9.6 (FSE) e 9.10 (FEDER).

Também no caso das iniciativas DLBC Urbanas são privilegiadas unidades territoriais micro para a intervenção social, não raras vezes ao nível do bairro (neste caso concreto o número de bairros onde se prevê intervir é muito elevado – cerca de 350 na AML). Relativamente aos atores

envolvidos, as DLBC Urbanas contratualizadas pelo POR Lisboa 2020 integram 294 entidades, ou seja, uma média de 16 entidades por iniciativa que poderão (ou não) ser promotoras de projetos futuros cofinanciados.

Da análise da rede de atores envolvidos na promoção das DLBC Urbanas na AML constata-se mais uma vez a grande diversidade de entidades. Ainda assim, sinaliza-se a presença de organizações que asseguram a liderança de mais do que um projeto: a RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social CRL e a IDSET – Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento, com a liderança de duas parcerias cada uma.

Quadro 4: Entidades envolvidas na promoção de iniciativas DLBC Urbanas, 30.06.2017

Designação da entidade	N.º de iniciativas DLBC Urbanas que promove	Concelho
RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social CRL	2	Barreiro e Seixal
IDSET - Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento	2	Montijo e Setúbal
Santa Casa de Misericórdia de Almada	1	Almada
GLOCALDECIDE – Associação para a Democracia, a Cidadania e o Desenvolvimento	1	Amadora
Associação Humanitária de Bombeiros da Parede "Amadeu Duarte"	1	Cascais
Tese - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação	1	Cascais
+Benfica - Associação de desenvolvimento e co-governança local	1	Lisboa
Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa	1	Lisboa
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1	Lisboa
Tuna Económicas	1	Lisboa
Oeiras Invest (Associação para a Promoção e Desenvolvimento de Oeiras) - APDO	1	Oeiras
Olho Vivo - Associação Para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos	1	Sintra
Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho	1	Vila Franca de Xira
Acisvfxav - Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos	1	Vila Franca de Xira
Casa de São Pedro de Alverca	1	Vila Franca de Xira
ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal	1	Vários

Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020.

O **Programa TEIP** financia atualmente 46 projetos na AML (cuja duração máxima é de 36 meses, ou seja, com término previsto em 2018), com o apoio previsto do Fundo Social Europeu através do POR de Lisboa, num montante de 18 M€ de FSE (o correspondente a 50% do total elegível aprovado).

O número de entidades direta e formalmente envolvidas na implementação dos projetos TEIP corresponde exatamente ao número total de projetos na medida em que a solução institucional encontrado pela DGE para a implementação do Programa não passou, ao contrário dos Programas CLDS 3G, E6G e das iniciativas DLBC Urbanas, pela constituição de parcerias. Foi adotado o modelo de contrato mas com uma única entidade – o agrupamento de escolas ou a escola não agrupada, dependendo das situações em concreto.

Para concluir, cumpre desenvolver uma análise global dos instrumentos de política pública em estudo.

Do ponto de vista territorial, e a par da capilaridade territorial dos projetos anteriormente sinalizada, constata-se a existência de concelhos (9) e freguesias (8) que concentram em simultâneo CLDS 3G, E6G, DLBC Urbanas e TEIP o que pode denotar um forte alinhamento tanto em matéria de diagnóstico como de intervenções concretas. Esta concentração suscita, no entanto, desafios e riscos debatidos no próximo capítulo, alguns dos quais já previstos no Acordo de Parceria (p. 300) quando se refere explicitamente a preocupação com a salvaguarda da não

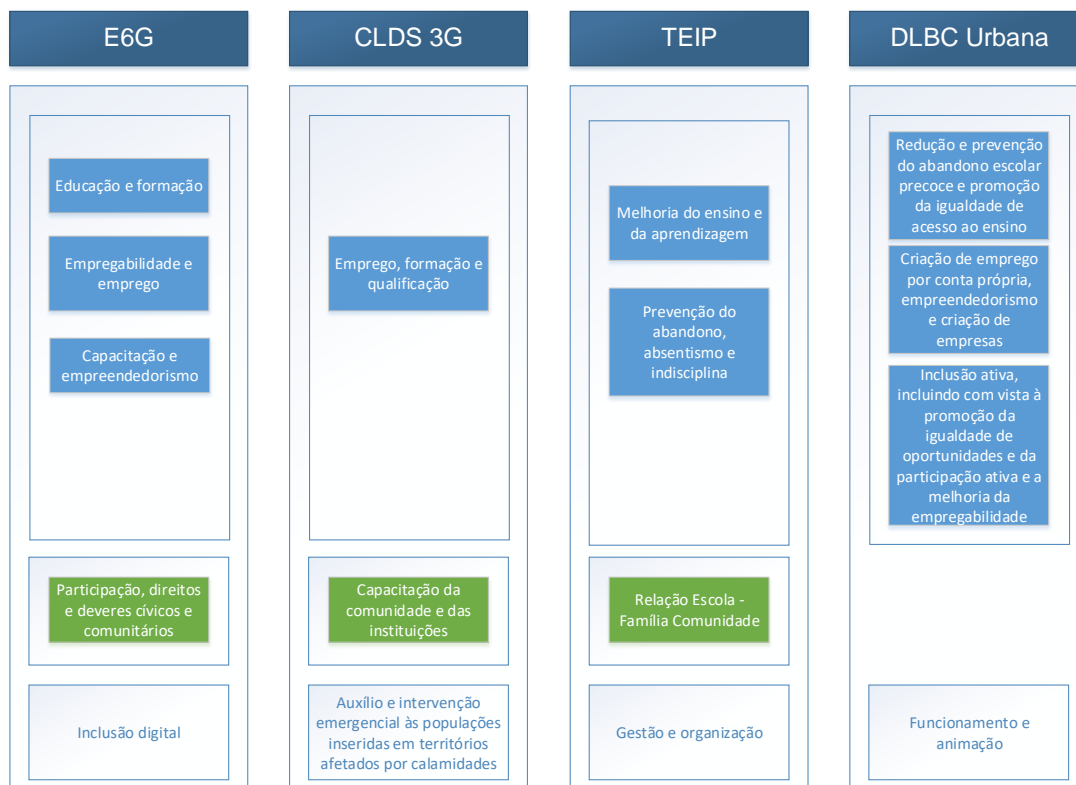
duplicação de elegibilidades para os mesmos destinatários de projetos incidentes nos mesmos territórios.

Quadro 5: Concelhos e freguesias da AML com maior concentração de instrumentos de inclusão social, 30.06.2017

Concelhos com 4 instrumentos de política pública a operar em simultâneo	Freguesias com 3 ou 4 instrumentos de política pública a operar em simultâneo	Instrumentos			
		CLDS 3G	E6G	TEIP	DLBC Urbano
Almada	UF de Caparica e Trafaria	X	X	X	X
Amadora	Encosta do Sol		X	X	X
	Falagueira-Venda Nova	X	X	X	
Barreiro	Santo António da Charneca	X		X	X
	UF de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	X	X		X
	UF de Barreiro e Lavradio	X	X		X
Lisboa	Alcântara	X	X	X	X
	Campo de Ourique	X	X	X	X
	Campolide	X	X	X	X
	Avenidas Novas		X	X	X
	Beato		X	X	X
	Benfica		X	X	X
	Carnide		X	X	X
	Estrela	X	X		X
	Marvila		X	X	X
	Santa Clara		X	X	X
	Alhos Vedros	X	X		X
Moita	UF da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	X	X	X	X
Oeiras	Porto Salvo	X	X	X	X
	UF de Carnaxide e Queijas		X	X	X
Seixal	Amora	X	X	X	X
	Corroios	X	X		X
Setúbal	Setúbal (São Sebastião)	X		X	X
	UF de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	X	X		X
Sintra	UF de Queluz e Belas	X	X	X	X
	Algueirão-Mem Martins		X	X	X

Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020; Programa Escolhas.

Figura 2: Síntese das áreas de intervenção previstas nos instrumentos de inclusão social



Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020; Programa Escolhas.

Do ponto de vista institucional e dos atores envolvidos, resulta clara a opção generalizada pelos formatos de contrato e de parceria (com exceção ao Programa TEIP neste último caso) e, ainda, pela mobilização de centenas de atores na operacionalização dos instrumentos analisados. É igualmente claro que pese embora a grande diversidade institucional, existem atores que sobressaem por asseguram a promoção de mais do que um projeto em simultâneo o que, por sua vez, levanta outro tipo de preocupações e riscos debatidos no próximo capítulo.

4. CONCLUSÕES E PISTAS PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A análise dos quatro instrumentos de política pública descritos anteriormente, bem como das dinâmicas organizacionais mobilizadas para a sua implementação permite concluir, desde logo, pela utilização de modelos de governança pública híbridos assentes em relações contratuais entre o Estado e as entidades presentes nos territórios que, de forma mais ou menos induzida, se organizam em parcerias para implementar projetos que visam combater a pobreza e a exclusão social.

Esta forma de operacionalização de instrumentos de política pública tende a ser, cada vez mais, a opção no quadro das políticas sociais territorializadas em Portugal: um Estado que dinamiza, regula e acompanha; e uma paisagem institucional orgânica que implementa e ajusta as intervenções às necessidades concretas das comunidades e dos territórios.

Esta opção encerra em si benefícios evidentes de rentabilização das experiências e de otimização dos recursos existentes nas comunidades, bem como de *empowerment* da paisagem institucional dos territórios, na medida em que as organizações, ao assumirem um papel ativo no processo de desenvolvimento local, se autocapacitam por via da prática e da aprendizagem conjunta.

Não obstante, importa sinalizar os riscos e desafios inerentes a este tipo de opção, bastante exigente para todos os atores envolvidos e que marcam definitivamente uma agenda de investigação que extravasa o âmbito do financiamento comunitário em Portugal.

Desafio 1 – Uma administração pública capacitada para a gestão de contratos e de parcerias

A aposta em modelos de governança pública híbridos assentes em relações contratuais constitui em si mesma uma opção exigente para a administração central, que se vê forçada a se organizar de forma distinta promovendo uma maior articulação entre agências públicas e uma melhor capacitação dos seus quadros de pessoal, designadamente com competências transversais ao nível da gestão de contratos, da monitorização e da avaliação de políticas públicas.

Não se trata de implementar diretamente os instrumentos de política pública, mas antes de assegurar que os responsáveis pela sua implementação (e.g. municípios e entidades privadas sem fins lucrativos) entregam os resultados esperados pela administração e plasmados nos contratos assinados. Utilizando a própria linguagem da teoria dos contratos, trata-se de garantir que os “agentes” asseguram os interesses do “principal”.

Questão de investigação

Que tipo de conhecimentos e competências são necessários para a implementação de modelos de governança pública baseados em contratos e parcerias? Como é que estas novas competências se enquadram nos atuais modelos de gestão de recursos humanos na administração pública portuguesa?

Desafio 2 – Uma sociedade civil dinâmica, financeiramente autónoma e capacitada para a ação

Trata-se, igualmente, de uma opção exigente para os agentes responsáveis pela implementação das políticas públicas nos territórios. O modelo de governança adotado só terá sucesso (medido em função dos resultados para o bem-estar da população intervencionada) se as instituições forem dinâmicas, autónomas e sustentáveis. Ou seja, é difícil pensar em novos modelos de governança pública, nomeadamente os mais colaborativos, se a capacidade de ação das instituições presentes no território for reduzida (tanto em termos de capacitação como de autonomia ou de sustentabilidade financeira).

Nesta matéria impõe-se uma nota resultante da análise da rede de atores envolvidos nos 4 instrumentos de política pública analisados no ponto anterior: constata-se a existência de organizações que pela sua experiência, iniciativa, capacidade de liderança e reconhecimento externo (pelos pares e pelas próprias entidades financiadoras e promotoras das políticas) assumem a promoção de vários projetos em simultâneo e participam em muitos outros. Se esta realidade pode trazer uma mais-valia em termos de concentração de *know-how*, ela pode representar um risco efetivo de sobrecarga e de dependência excessiva de financiamentos comunitários por parte das próprias instituições, que em momentos de transição entre ciclos de financiamento comunitário poderão enfrentar desafios de sustentabilidade financeira.

Questão de investigação

As organizações presentes nos territórios reúnem as condições necessárias e suficientes para a implementação de modelos de governança pública baseados em contratos e parcerias? São os atores e as suas redes relacionais suficientemente autónomos e dinâmicos para assegurar estes modelos?

Desafio 3 – Uma nova governança pública estrategicamente pensada, flexível e adaptativa

A aposta em modelos de governança que combinam contratos e parcerias eleva a fasquia em matéria de inovação e articulação interorganizacional. Não se trata apenas de pensar parcerias para cada instrumento setorial de política pública; trata-se agora de pensar a meta-governança territorial de cada uma das parcerias setorialmente instituídas de modo a não cair em dois equívocos clássicos:

- (i) a lógica de silos setoriais (ainda que sob a forma de parceria) que não comunicam entre si; e
- (ii) a tentação de mimetizar e replicar acriticamente modelos organizacionais – *one size fits all*.

Ou seja, a adoção de novos modelos de governança não está isenta de escrutínio permanente devendo ser, em cada momento, questionada a sua adequabilidade territorial, a sua coerência temática e a sua relevância institucional.

Questão de investigação

Os atuais modelos de governança pública facilitam a superação das dificuldades clássicas de articulação intersetorial e interinstitucional? Que modelos adotar para garantir a integração territorial das parcerias e das estratégias/intervenções setoriais? Existe uma efetiva mudança de paradigma ou trata-se de uma nova versão de velhas práticas?

Desafio 4 – Um novo conceito de territorialidade adaptado à multidimensionalidade dos fenómenos sociais

Uma outra conclusão a que é possível chegar após a análise dos quatro instrumentos é a de que em matéria de combate à pobreza e exclusão social existe claramente a opção por trabalhar, do ponto de vista geográfico, com micro escalas e territórios informais, ou seja, territórios que não estão necessariamente associados a limites administrativos.

Esta opção resulta numa inquestionável capilaridade territorial dos projetos aprovados na Área Metropolitana de Lisboa. Verifica-se, efetivamente, o reconhecimento da metodologia de projeto como a forma de intervenção mais adequada para fazer face a problemas multidimensionais que, segundo lógicas de concentração e segregação geográficas, atingem comunidades socialmente desfavorecidas um pouco por toda a Área Metropolitana de Lisboa.

Os benefícios decorrentes da opção pela metodologia de projeto bem como da territorialização das intervenções são evidentes e estão documentados na vasta literatura sobre o tema da intervenção social, destacando-se: (i) o conhecimento aprofundado dos problemas e necessidades das comunidades, assim como dos recursos locais disponíveis; (ii) a possibilidade de ajustar as intervenções às condições reais das comunidades (*place-based policies*); (iii) o maior envolvimento, participação e corresponsabilização das comunidades nos seus próprios processos de desenvolvimento; (iv) a capacitação dos indivíduos e das suas organizações de modo a garantir a sustentabilidade dos resultados atingidos com os projetos cofinanciados.

Não obstante, é também claro que existem riscos/desafios sendo que um dos principais desafios reside precisamente na articulação das intervenções e na não sobreposição das mesmas, o qual decorre diretamente da quantidade e capilaridade das intervenções em curso.

Questão de investigação

Que estratégias são acionadas pelos atores (centrais, regionais e locais, públicos e privados) para minimizar os riscos de sobreposição não coordenada e a consequente perda de eficácia e eficiência das intervenções? Neste contexto, quais as entidades mais bem posicionadas para assumir o papel de “*pivot territorial*”?

Desafio 5 – Uma revisão da metodologia de projeto enquanto estratégia de intervenção e o imperativo das avaliações integradas

Um último risco prende-se com o não alinhamento temporal de alguns dos projetos atualmente em curso (não iniciam e não terminam nas mesmas datas e não têm necessariamente a mesma duração), o que tende a limitar a articulação e desenvolvimento de sinergias entre projetos no mesmo território.

Aliás, o próprio conceito de projeto poderá ser questionado quando se pretende desenvolver intervenções de largo fôlego nas comunidades, atendendo a que a definição desta metodologia pressupõe um tempo de vida limitado da intervenção (abordagem conjuntural vs abordagem estrutural). Um exemplo claro que suscita esta dúvida prende-se com a continuidade de projetos ao longo de várias gerações de políticas públicas, o que indicia uma necessidade mais prolongada de intervenção junto das comunidades.

Outra dimensão relevante que deverá merecer ponderação é a da avaliação integrada dos vários instrumentos de política pública implementados no território, por relação direta com as avaliações clássicas tendencialmente setoriais. Estas avaliações, cujo mérito e utilidade são indiscutíveis, relevam dificuldades evidentes em captar os resultados e impactos decorrentes de intervenções que visam territórios e/ou populações equivalentes.

Questão de investigação

É a metodologia de projeto, que por definição é limitada no tempo, a estratégia de operacionalização da política pública mais adequada para fazer face a problemas estruturais e que perduram no tempo por várias gerações? As avaliações têm permitido compreender, em toda a sua amplitude, os efeitos cumulativos das intervenções setoriais no território? Ou são também elas exercícios setoriais com contributos limitados num quadro de crescente complexidade social e integração institucional?

As considerações agora apresentadas constituem um ponto de partida que deverá ser alvo de um debate alargado de modo a contribuir efetivamente para a reflexão pública sobre a territorialização das políticas sociais em Portugal. Por conseguinte, é propósito da Unidade de Política Regional da AD&C dar continuidade ao trabalho agora apresentado, designadamente no que diz respeito à compreensão dos resultados produzidos pelos instrumentos de política pública analisados, bem como no que se prende com a dinâmica da rede de atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- Augusto Mateus e Associados & Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, 2013. *Contributo do QREN para a Inclusão Social de Indivíduos Residentes em Territórios Urbanos Problemáticos*. Lisboa: Observatório do QREN.
- CCDR-LVT, 2014. Plano de Ação Regional de Lisboa 2014 – 2020. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- European Union, 2017. *My Region, My Europe, Our Future: Seventh report on economic, social and territorial cohesion*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/cohesion-report/
- Organisation for Economic Co-operation and Development, 2016. *Making Cities Work for All: Data and Actions for Inclusive Growth*. Paris: OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264263260-en>
- United Nations, 2014. *Revision of World Urbanization Prospects*. New York: United Nations.
- Vale, M, 2007. “Globalização e competitividade das cidades: uma crítica teórica na perspectiva da política urbana” in AAVV (org.) *Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia. Homenagem a Jorge Gaspar*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

LEGISLAÇÃO DE SUPORTE

Iniciativas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)

Aviso DLBC-99-2014-01, concurso para a apresentação de candidaturas 1.ª fase – Pré-qualificação: (i) data de abertura 16 de novembro de 2014; (ii) data de encerramento 14 de fevereiro de 2015.

Aviso DLBC-99-2015-02, convite para a apresentação de candidaturas 2.ª fase – Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL): (i) data de abertura 04 de abril de 2016; (ii) data de encerramento 08 de abril de 2016.

Aviso Lisboa-40-2017-03, convite para apresentação de candidaturas no âmbito do: (i) eixo prioritário 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (ii) objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (iii) prioridade de investimento 9.6 – Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais; (iv) tipologia de intervenção 40 – Desenvolvimento socioeconómico de base local; (v) tipologia de operação 40.1 – Custos operacionais para a gestão da execução da estratégia de desenvolvimento local de base comunitária; (vi) data de abertura 26 de janeiro de 2017; (vii) data de encerramento 24 de março de 2017.

Programa Escolhas 6.ª Geração (E6G)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2015 publicada em Diário da República, 1.ª série n.º 250, 23 de dezembro de 2015 que renova o Programa Escolhas para o período de 2016 a 2018.

Despacho normativo n.º 19 – A/2015 publicado em Diário da República, 2.ª série n.º 199, 12 de outubro de 2015 que enquadra o regulamento do Programa Escolhas.

Aviso Lisboa–33–2016–20, convite para apresentação de candidaturas no âmbito do: (i) eixo prioritário 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (ii) objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (iii) prioridade de investimento 9i – Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; (iv) tipologia de intervenção 33 – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas; (v) tipologia de operação 32.01 – Programa Escolhas; (vi) data de abertura 04 de novembro de 2016; (vii) data de encerramento 30 de dezembro de 2016.

Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3.ª Geração (CLDS 3G)

Portaria n.º 179-B/2015 publicada em Diário da República, 1.ª série n.º 116, 17 de junho de 2015 que cria a 3.ª geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social – Programa CLDS-3G, e aprova o regulamento específico que estabelece as normas orientadoras para a execução do Programa.

Aviso Lisboa–32–2015–01, concurso para apresentação de candidaturas no âmbito do: (i) eixo prioritário 6 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (ii) objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação; (iii) prioridade de investimento 9i – Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; (iv) tipologia de intervenção 32 – Intervenções Integradas em territórios vulneráveis; (v) tipologia de operação 32.01 – Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS); (vi) data de abertura 06 de julho de 2015; (vii) data de encerramento 18 de setembro de 2015.

Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)

Despacho Normativo n.º 20/2012 publicado em Diário da República, 2.ª série n.º 192, 3 de outubro de 2012 que define as normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de segunda geração, bem como as regras de elaboração dos contrato-programa a outorgar entre os estabelecimentos de educação e o Ministério da Educação para a promoção e apoio ao desenvolvimento de projetos educativos que, neste contexto, visem a melhoria da qualidade educativa, a promoção do sucesso escolar, da transição para a vida ativa, bem como a integração comunitária.

Aviso Lisboa–66–2016–11, concurso para apresentação de candidaturas no âmbito do: (i) eixo prioritário 7 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida; (ii) objetivo temático 10 – Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e na aprendizagem ao longo da vida; (iii) prioridade de investimento 10i/10.1 – Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação; (iv) tipologia de intervenção 66 – Redução do abandono escolar; (v) tipologia de operação 66.01 – Aprofundamento do Programa

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP); (vi) data de abertura 14 de junho de 2016;
(vii) data de encerramento 30 de junho de 2016.

LINKS ÚTEIS

www.adcoesao.pt

www.portugal2020.pt

<http://lisboa.portugal2020.pt>

www.programaescolhas.pt

www.seg-social.pt/contratos-locais-de-desenvolvimento-social-clds

www.dge.mec.pt/teip

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACM, I.P. – Alto-Comissariado para as Migrações, I.P.

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CLDS 3G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3.ª Geração

DGE – Direção-Geral da Educação

DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária

E6G – Escolhas 6.ª Geração

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

ISS, I.P. – Instituto de Segurança Social, I.P.

OT – Objetivo Temático

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PI – Prioridade de Investimento

POR Lisboa – Programa Operacional Regional de Lisboa

PT2020 – Acordo de Parceria Portugal 2020

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

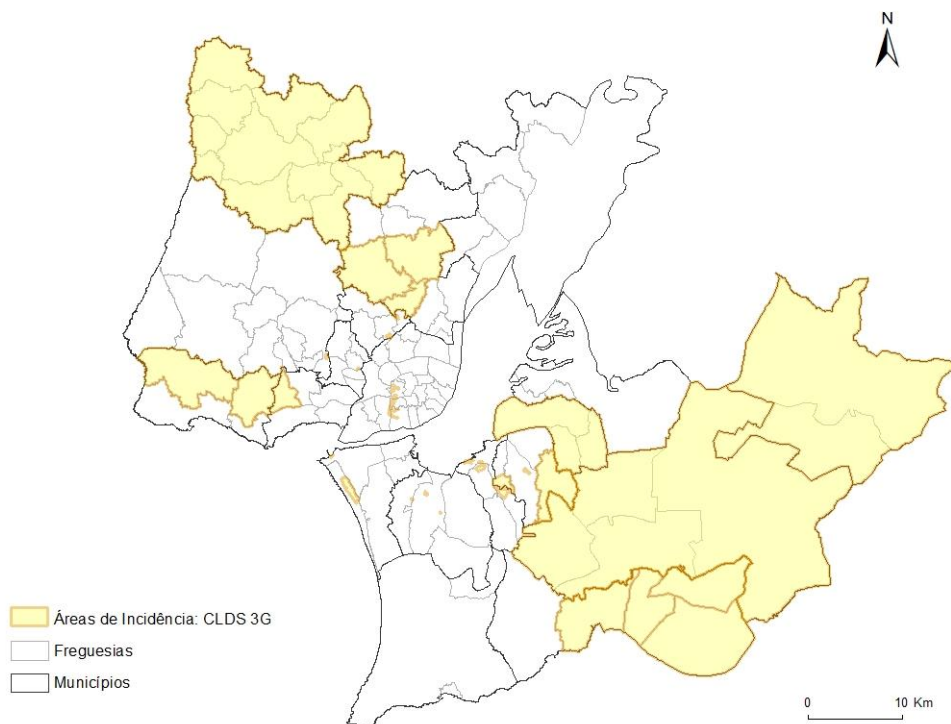
TEIP – Território Educativo de Intervenção Prioritária

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE

PROJETOS EM CURSO

Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3G na AML, 30.06.2017

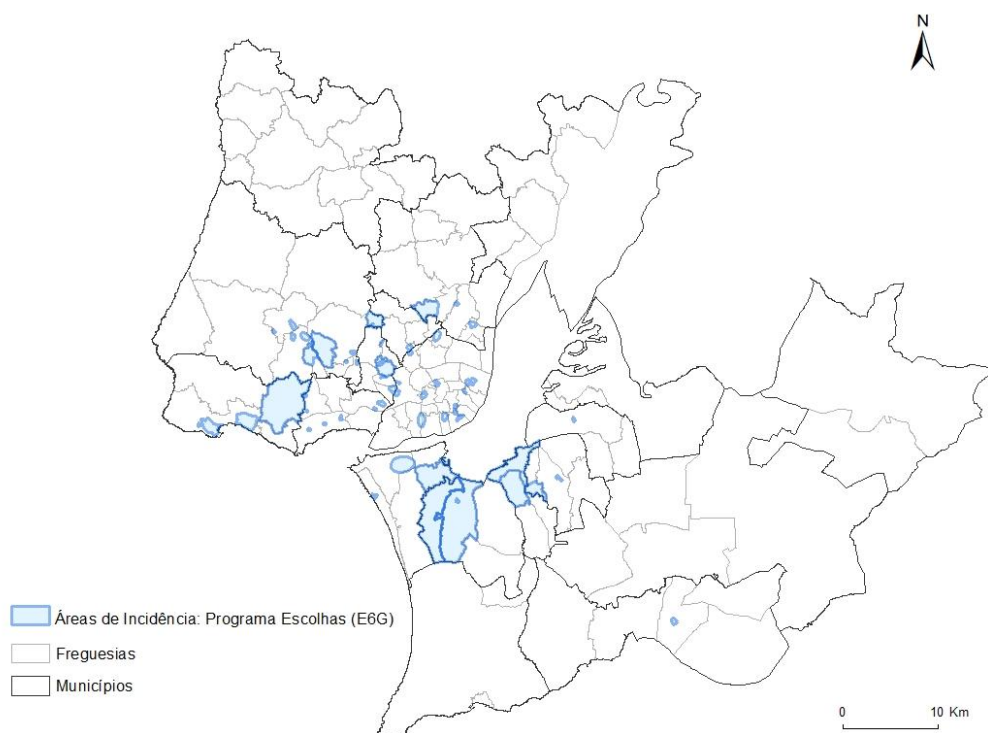


Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	ECLP
Almada	- Caparica e Trafaria - Costa da Caparica	Bairro do 2º Torrão e Terras da Costa	SAI e Age - Saber, Autonomizar e Incluir e Age de construção/mudança	Santa Casa da Misericórdia de Almada
Amadora	- Falagueira-Venda Nova	Bairro 6 de maio	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)	Santa Casa da Misericórdia de Amadora
Barreiro	- Barreiro e Lavradio - Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	Barreiro Velho, Bairro das Palmeiras, Quinta da Amoreira e Quinta da Mina	CLDS 3G Barreiro - Por Comunidades Sustentáveis	RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Cascais	- São Domingos de Rana - Alcabideche	Não aplicável	CLDS Invest3Gerações (Alcabideche e São Domingos de Rana)	SEACOOOP - Social Entrepreneurs Agency, CRL

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	ECLP
Lisboa	- Alcântara - Campolide - Estrela (Prazeres) - Campo de Ourique (Sto. Condestável)	Quinta da Cabrinha / Quinta do Loureiro / Ceuta Sul, Alvito Velho / Liberdade, Bela Flor e Tarugo / Possudónio da Silva e Pampulha / Casal Ventoso e Sete Moinhos	"K'CIDADE Vale de Alcântara – Recursos e Desenvolvimento em Rede"	Fundação Aga Khan Portugal
Loures	- Santo Antão e São Julião do Tojal (S. Antão do Tojal, S. Julião do Tojal) - Loures - Santo António dos Cavaleiros e Frietas (Sto. António dos Cavaleiros)	Não aplicável	Rede em Movimento	Associação Luís Pereira da Mota
Mafra	- Âmbito concelhio	Não aplicável	CLDS 3G - Consigo	Irmandade da Misericórdia da Venda do Pinheiro
Moita	- Baixa da Banheira e Vale da Amoreira - Moita - Alhos Vedros	Vale da Amoreira, Moita e Quinta da Fonte da Prata	CLDS 3G Moita - Moita Intervir para Incluir	RUMO - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
Montijo	- Âmbito concelhio	Não aplicável	Roda Livre 3G	Centro Social de São Pedro do Afonsoeiro
Odivelas	- Odivelas - Pontinha e Famões - Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto	Vale do Forno e Vertente Sul; Barroncho	CLDS Odivelas 3G - Gerar empregabilidade, inclusão e sustentabilidade	Centro Comunitário Paroquial de Famões
Oeiras	- Porto Salvo	Não aplicável	Porto Salvo.Com	Fundação Aga Khan Portugal
Palmela	- Âmbito concelhio	Não aplicável	CLDS-3G Palmela (Ganhar competências, Gerar oportunidades, Garantir emprego)	Fundação COI
Seixal	- Amora - Corroios	Quinta da Princesa e Vale de Chicharos e Bairro de Sta. Marta de Corroios	Contrato Local Desenvolvimento Social 3 Geração	Associação dos Reformados e Idosos da Freguesia de Amora
Setúbal	- São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça - Gambia- Pontes-Alto da Guerra - Sado - Setúbal (São Sebastião)	Não aplicável	SIGA - Setúbal Interinstitucional Gera Ação	SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CRL
Sintra	- Queluz e Belas (Queluz)	Bairro do Pendão	Ger@ção Pendão	Fundação Aga Khan Portugal

Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020.

Programa Escolhas 6.ª Geração na AML, 30.06.2017



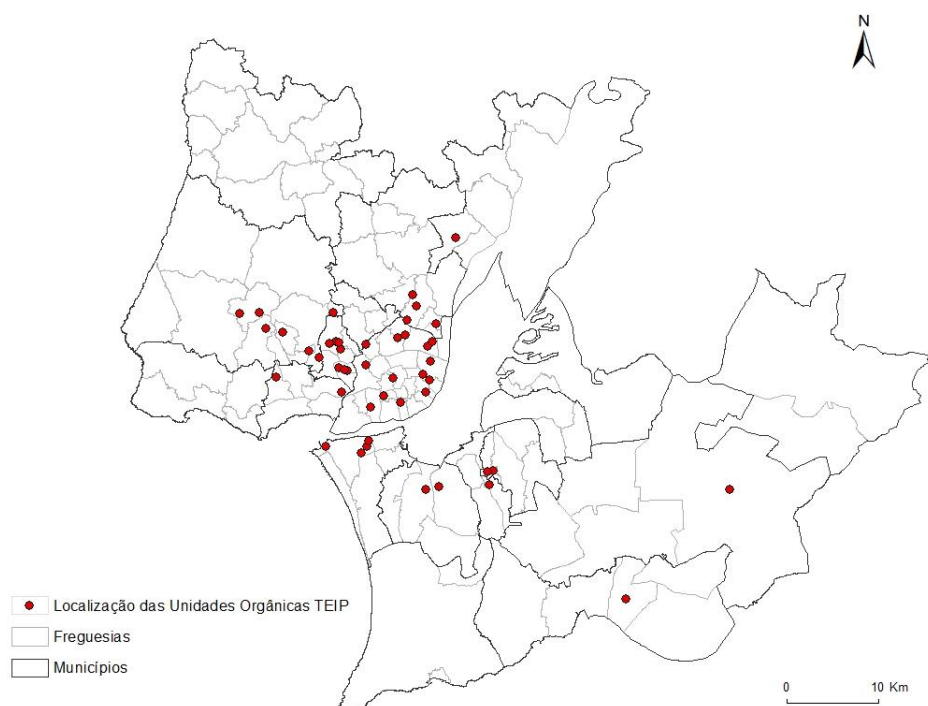
Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
Almada	- Caparica e Trafaria	Monte de Caparica	Upgrading Participation - E6G	Lifeshaker - Associação
	- Laranjeiro e Feijó	-	Projecto +XL - E6G	Associação Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro
	- Costa da Caparica	Bairro dos Pescadores e Bairro Campo da Bola	Terras d'ART - E6G	Junta de Freguesia da Costa da Caparica
Amadora	- Encosta do Sol	Urbanização de Realojamento do Casal da Mira	Loja Mira Jovem - Geração Desporto - E6G	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem
	- Falagueira-Venda Nova	Bairro Casal do Silva e Quinta da Lage	A Rodar no Bairro - E6G	Organização Mundial de Educação Pré-Escolar (OMEP) – Comité Português
	- Águas Livres	Estrada Militar	2BRAVE - E6G	Pressley Ridge - Associação de Solidariedade Social
	- Falagueira-Venda Nova	-	Do Outro Lado do Bairro - E6G	Associação de Jardins Escolas João de Deus
	- Alfragide	Bairro do Zambujal	Percursos Acompanhados 2.0 - E6G	CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
Barreiro	- Barreiro e Lavradio	-	Cumplicidades - E6G	Rumo - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
	- Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	EMOJI - E6G	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Barreiro
Cascais	- Cascais e Estoril	São João do Estoril e Cascais Bairro Novo do Pinhal e Bairro da Torre	Take.it (Talentos e Artes com Kreatividade e Empreendedorismo) - E6G	Câmara Municipal de Cascais
	- São Domingos de Rana	S. Domingos de Rana	ORIENTA.TE - E6G	TESE - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação
Lisboa	- Marvila	Bairro do Armador	Aventura Social Intercultural - E6G	Aventura Social - Associação
	- Avenidas Novas	Bairro de Santos/ Rêgo	Rotas do Bairro - E6G	Junta de Freguesia das Avenidas Novas
	- Misericórdia	Bairro Alto	Mais Skillz - E6G	Associação Mais Cidadania
	- Beato	Picheleira	Sementes a Crescer - E6G	Junta de Freguesia do Beato
	- Marvila	Bairro do Condado	Dá-te ao Condado - E6G	Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO
	- Alcantara - Estrela - Campo de Ourique	Vale de Alcântara	Fazer a Ponte - E6G	Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social
	- Campolide	Território Serafina/Liberdade	CampolideSoma&Segue- E6G	Junta de Freguesia de Campolide
	- Arroios - Santa Maria Maior	Intendente, Mouraria e Alfama	Espaço Lx - E6G	Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional
	- Benfica	Bairro do Calhariz de Benfica (Bº do Bom Pastor e Bº Sargento Abílio); Bairro da Boavista	ReTrocas - E6G	Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional
	- Carnide	Bairro Padre Cruz	Bola P'ra Frente 3G - E6G	Associação Nacional de Futebol de Rua
	- Santa Clara	Ameixoeira	Passaporte "Pa" Música - E6G	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem
	- Santa Clara	Plano Especial de Realojamento (PER) - zonas 6, 7, 10, 11 e 13	Claquete- Produtora Juvenil de Audiovisuais e Multimedia- E6G	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem
Loures	- Camarate, Unhos e Apelação	Quinta da Fonte / Apelação	Apelarte - E6G	Agrupamento de Escolas da Apelação
	- Santo António dos Cavaleiros e Frielas	Santo António dos Cavaleiros	Eu amo SAC - E6G	ABA - Associação Beneficente de Ajuda
	- Sacavém e Prior Velho	Urbanização Terraços da Ponte	Projeto Esperança - E6G	CSEPDC - Cooperativa Sócio Educativa Para Desenvolvimento Comunitário, CRL
Moita	- Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	Vale da Amoreira	Escolhas VA 2835 - E6G	CRIVA-Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira
	- Alhos Vedros - Gaio-Rosário e Sarilhos Pequenos - Moita	Quinta da Fonte da Prata	TASSE - E6G	Fundação Santa Rafaela Maria
Montijo	- Montijo e Afonsoeiro	Bairro da Caneira	KONT'@RTE - E6G	Câmara Municipal de Montijo

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
Odivelas	- Pontinha e Famões	Bairros Serra da Luz e Urmeira	Encontr@rte- E6G	Rute- Associação de Solidariedade Social
Oeiras	- Porto Salvo	Bairros dos Navegadores e Moinho das Rolas	Embarca - E6G	Câmara Municipal de Oeiras
	- Carnaxide e Queijas	Alto dos Barronhos, bairros da Outurela e Portela de Carnaxide (Bairro da Outurela, Bairro de São Marçal, Encosta da Portela, Pátio dos Cavaleiros)	EnTreCul-E6G	Câmara Municipal de Oeiras
	- Oeiras e S.Julão da Barra, Paço de Arcos e Caxias	Bairro de Laveiras; Bairro do Pombal; Bairro do Alto da Loba	Oeiras_Tem_a_Escola_Toda - E6G	Associação Cultural e Juvenil Batoto Yetu Portugal
Seixal	- Amora	-	EmPoderar: capacitação de jovens mulheres - E6G	Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens
	- Amora	Bairro da Quinta da Princesa	Tutores de Bairro - E6G	Junta de Freguesia de Amora
	- Corroios	Miratejo	Estás n@ Mira - E6G	APE - Associados para Educar
Setúbal	- Setúbal (S. Sebastião)	Bº Bela Vista	Pro Infinito e Mais Além - E6G	Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal
Sintra	- Agualva e Mira-Sintra	Cacém	Viv@cidade - E6G	Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra
	- Agualva e Mira-Sintra	Agualva e Mira-Sintra	Desafios - E6G	Casa Seis - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
	- Rio de Mouro	Serra das Minas	@gir Mais - E6G	Associação Luso Caboverdeana de Sintra
	- Rio de Mouro	Rinchoa, Fitaes, Rio de Mouro	Orienta.Te [Projeto de Apoio à Família e à Comunidade] - E6G	Junta de Freguesia de Rio de Mouro
	- Queluz e Belas	Bairros do Pendão e do Pêgo Longo	Meg@ctivo - E6G	Olho Vivo - Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos
	- Massamá e Monte Abraão	Bairro 1º de Maio	Raízes - E6G	União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão
	- Casal de Cambra	Casal de Cambra (freguesia no seu todo, com maior enfoque no Bairro de Realojamento - Santa Marta e comunidade escolar)	INOVAR "3E" - E6G	Junta Freguesia Casal de Cambra
	- Algueirão-Mem Martins	Tapada das Mercês	O Espaço, Desafios e Oportunidades - E6G	Junta de Freguesia de Algueirão-Mem Martins
	- Algueirão-Mem Martins	Casal de São José	KS Escolhas - E6G	Associação Luso Caboverdeana de Sintra

Fonte: Programa Escolhas.

Programa TEIP na AML, 30.06.2017

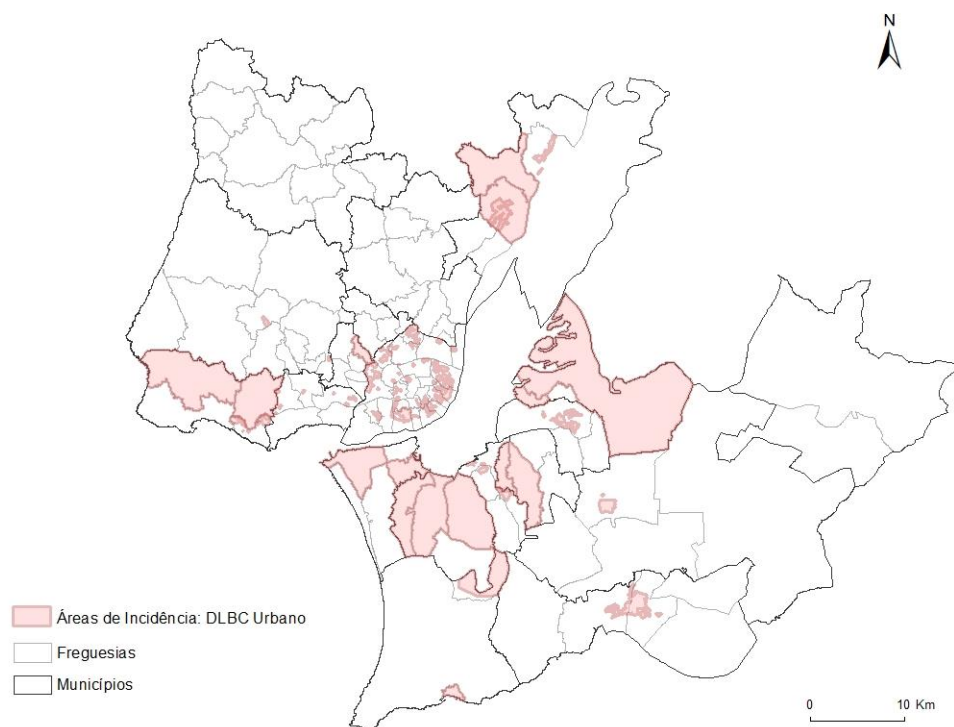


Concelho	Entidade promotora
Almada	Agrupamento de Escolas da Trafaria
	Agrupamento de Escolas do Monte da Caparica
	Agrupamento de Escolas da Caparica
	Agrupamento de Escolas de Miradouro de Alfazina
Amadora	Agrupamento de Escolas Amadora Oeste
	Agrupamento de Escolas José Cardoso Pires
	Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes
	Agrupamento de Escolas Miguel Torga
	Agrupamento de Escolas da Damaia
	Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves
	Agrupamento de Escolas Mães D'Água
	Agrupamento de Escolas D. João V
Barreiro	Agrupamento de Escolas Santo António
Lisboa	Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres
	Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna
	Agrupamento de Escolas das Orlas
	Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa
	Agrupamento de Escolas Francisco Arruda
	Agrupamento de Escolas D. Dinis, Lisboa
	Agrupamento de Escolas Luís António Verney
	Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz
	Agrupamento de Escolas Piscinas, Olivais
	Agrupamento de Escolas Manuel da Maia
	Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar
	Agrupamento de Escolas de Benfica
	Agrupamento de Escolas Pintor Almada Negreiros
	Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado

Concelho	Entidade promotora
Loures	Agrupamento de Escolas de Camarate - D. Nuno Álvares Pereira
	Agrupamento de Escolas Eduardo Gageiro
	Agrupamento de Escolas da Apelação
	Escola Secundária de Camarate
Moita	Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira
	Escola Secundária da Baixa da Banheira
Oeiras	Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro
	Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela
Palmela	Agrupamento de Escolas José Saramago, Palmela
Seixal	Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato
	Agrupamento de Escolas de Nun'Álvares, Seixal
Setúbal	Agrupamento de Escolas Ordem de Santiago
Sintra	Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, Rio de Mouro
	Agrupamento de Escolas Agualva Mira Sintra
	Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro
	Agrupamento de Escolas Professor Agostinho da Silva
	Agrupamento de Escolas Visconde de Juromenha
	Agrupamento de Escolas Ruy Belo
Vila Franca de Xira	Agrupamento de Escolas de Vialonga

Fonte: Direção-Geral da Educação.

Iniciativas DLBC Urbanas na AML, 30.06.2017



Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
Almada	- Caparica e Trafaria - Laranjeiro-Feijó	-	ENVOL20 - DLBC Urbano de Almada	Santa Casa de Misericórdia de Almada
Amadora	- Encosta do Sol	- Encosta do Sol	GAL Encosta do Sol	GLOCALDECIDE – Associação Para a Democracia, a Cidadania e o Desenvolvimento
Barreiro	- Santo António da Charneca - Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena - Barreiro e Lavradio	- Quinta da Mina/Cidade Sol - Alto do Seixalinho - Bairro das Palmeiras - Barreiro Antigo	Barreiro – Redes que nos unem	Rumo - Cooperativa de solidariedade social, CRL
Cascais	- Carcavelos e Parede	- Arneiro / Bairro Alentejano - Bairro das Caixas / Checlos - Madorna / Murtal - Penedo / Sassoeiros	Grupo de Ação Local Carcavelos-Paredede (GALCarPar)	Associação Humanitária de Bombeiros da Parede "Amadeu Duarte"
	- Alcabideche - São Domingos de Rana	- Abuxarda / Adroana - Alcabideche / Alcoitão / Alvide / Amoreira / Atibá - Bairro da Cruz Vermelha - Bicesse / Cabreiro - Carrascal de Alvide - Manique / Abóboda - Cabeço de Mouro - Caparide / Zambujal - Conceição da Abóboda - Matarraque - Mato Cheirinhos	Cascais DesEnvolve	Tese - Associação para o Desenvolvimento pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
		<ul style="list-style-type: none"> - Outeiro de Polima - Polima - São Domingos de Rana - Atrozela / Talaide / Tires - Trajouce 		
Lisboa	- Benfica	<ul style="list-style-type: none"> - Colina das Escolas e IPL - Calhariz Velho / Calhariz Novo - Zona Histórica - Bairro da Boavista - Bairro dos Funcionários da Cadeia de Monsanto - Bairro de Santa Cruz - Pedralvas / Charquinho - Estrada A-da-Maia 	+ Benfica - Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitário	+Benfica - Associação de Desenvolvimento e Co-governança Local
	- Penha de França - Beato	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Penha de França (Av. Mouzinho de Albuquerque / Av. Afonso III, Alto do Varejão) - Núcleo Beato (Sub-núcleo Madreus) - Núcleo Beato (Sub-núcleo Rua Gualdim Pais / Estrada de Marvila) 	DLCB - Empregabilidade Beato e Penha de França	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
	- Estrela	- Lapa / Santos-o-Velho	Grupo de Ação Local da Estrela - GALE	Tuna Económicas
	- Todas exceto Benfica	<ul style="list-style-type: none"> - Casalinho da Ajuda - 2 de Maio - Quinta do Cabrinha/Quinta do Loureiro/Av. De Ceuta - Portugal Novo / Grafanil - Quinta da Torrinhã - Ameixoeira (PER) - Ourives/Estrada de Chelas - Bom Pastor/Issan Sartawi - Murtas / Quinta da Mourisca - Bela Flor / Liberdade - Quinta do Tarujo - Padre Cruz - Centro Histórico de Carnide - Azinhaga dos Lameiros/Azinhaga da Torre do Fato - Alta de Lisboa Sul - Graça/Sapadores - Horta Nova / 7 Céus - Galinheiras a) Ameixoeira b) Charneca - Quinta do Olival - Cruz Vermelha - Pedro Queiróz Pereira - Lóios / Amendoeiras - Flamenga / Condado - Armador - Quinta das Salgadas/Alfinetes - Marquês de Abrantes - PRODAC - Rego (Bairro de Santos e PER) - Pena / - Alto da Eira - Quinta do Morgado - Quinta das Laranjeiras - Casal dos Machados - 7 Moinhos - Casal Ventoso / Alfama - Mouraria / Furnas - Quinta do Lavrado - Horizonte - Bairro São João de Brito/Ponte de Água - São José/Santa Marta (Eixo) - Rua de São Paulo (Eixo) 	Rede DLBC Lisboa	Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária de Lisboa

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
		<ul style="list-style-type: none"> - Cascalheira/Alvito Velho - Paço do Lumiar - Marvila Velha - Rua Possidónio da Silva - Pampulha - Alfredo Bensaúde - Empreendimento Municipal - Rua João Nascimento - Cooperativas 25 de abril e Unidade do Povo - Empreendimento Municipal - Rua Carlos Botelho - Alta de Lisboa Centro - Cooperativas - Rua João Nascimento/Carlos Botelho - Charneca do Lumiar - Rua Direita da Palma - Castelo / Rio Seco / Anjos - Quinta do Ferro 		
Montijo	- Montijo e Afonsoeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Bairro da Caneira - Centro Histórico - Bairro da Calçada - Bairro do Corte Esteval - Bairro do Areias - Afonsoeiro 	Capacitar o Montijo	IDSET - Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento
Oeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Porto Salvo - Carnaxide e Queijas - Barcarena 	Bairros Municipais: <ul style="list-style-type: none"> - Outurela/Portela - Pátio dos Cavaleiros - São Marçal - Unidade Residencial Madre Maria Clara - Moinho das Rolas - Casal do Deserto - Quinta da Politeira - 18 de maio - Bairro do Aqueduto - Luta pela Casa - Encosta da Portela - Barronhos / Navegadores - Ribeira da Laje 	Oeiras (Des)Envolve	Oeiras Invest (Associação para a Promoção e Desenvolvimento de Oeiras) - APDO
Seixal	<ul style="list-style-type: none"> - Amora - Corroios - Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires 	<ul style="list-style-type: none"> - Núcleo Antigo de Aldeia de Paio Pires e Territórios Envoltantes - Quinta da Princesa, Amora e Territórios Envoltantes - Núcleo Antigo de Arrentela e Territórios Envoltantes - Boa Hora e Territórios Envoltantes - Quinta do Cabral e Territórios Envoltantes - Núcleo Antigo de Corroios; Miratejo e Territórios Envoltantes - Santa Marta de Corroios e Envoltantes - Fogueteiro e Territórios Envoltantes - Quinta da Galega e Territórios Envoltantes - Núcleo Antigo do Seixal e Territórios Envoltante 	Seixal – Margens Comuns	Rumo - Cooperativa de solidariedade social, CRL

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
Setúbal	<ul style="list-style-type: none"> - Setúbal (São Sebastião) - Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça) 	<ul style="list-style-type: none"> - Bairro Salgado - Av. 5 de Outubro - Bairro Santos Nicolau - Bairro Lopes - Bairro da Nossa Senhora da Conceição - Bairro da Monarquia - Bairro Dias - Baixa de Setúbal - Bairro de São Domingos - Bairro da Terroa - Bairro Humberto Delgado - Bairro da Liberdade - Bairro da Camarinha - Praça de Portugal - Magalhães Mexia - Bairro Afonso Costa - Praça do Brasil / Trindade - Pinheirinhos - Bairro de São Gabriel - Vale de Cerejeiras - Monte Belo - Monte Belo Norte - Bairro dos 4 caminhos - Av. Mestre Lima de Freitas - Nova Azeda / Azeda de Cima - Nova Sintra / Bairro Camolas - Azeda de Baixo - Bairro da Meia Laranja - Varzinha - Bairro da Fonte do Lavra - Bairro 1º de Maio (Peixe Frito) - Quebedo / Av. da Portela - Bairro do Aranguês - Bairro da Tebaldia - Bairro do Novo Aranguês - Barreiros / Largo das Areias - Fontainhas / Av. Luísa Todí 	Eu...Também Conto	IDSET - Associação Portuguesa para a Inovação e Desenvolvimento
Sintra	<ul style="list-style-type: none"> - Algueirão-Mem Martins - União das Freguesias de Queluz e Belas 	<ul style="list-style-type: none"> - Tapada das Mercês - Pendão 	GAL Sintra Urban	Olho Vivo - Associação Para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos
Vila Franca de Xira	<ul style="list-style-type: none"> - Alverca do Ribatejo e Sobralinho - Alhandra, Calhandriz e São João dos Montes 	<ul style="list-style-type: none"> - Verdelha / Casal das Areias - CHASA (inclui o Bairro do Fundo Fomento) - A-dos-Potes - Quinta Vale de Rannes - Bairro Novo (inclui a Quinta das Drogas) - Quinta da Vala - Zona dos Castelo - Bairro do Alto - Quinta do Forno - Bairro do Ama - Bairro do Estacal - Bairro do Clarimundo - Bairro da Emprosite - Bairro do Torrão - Bairro Quinta da Figueira - Bairro dos Baltares - Bairro da OGMA e envolventes - Calhandriz (zona central) - Trancosos - Bairro do Hortinha 	Construir Futuros	Centro Social para o Desenvolvimento do Sobralinho

Concelho	Freguesia	Bairro	Projeto	Entidade promotora
		- Alhandra Velha - Bairro dos Pescadores - CHABITAL / Bairro da Costa - A-dos-Loucos		
	- Vialonga	- Bairro dos Povos - Bairro Quinta da Grinja - Bairro Quinta do Bulhão - Bairro Santa Sofia - Bairro Bom Retiro / Paraíso	Empreender Vila Franca	Acisvfxav - Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos
	- Alverca do Ribatejo e Sobralinho	- Arcena / Bom Sucesso - Quinta da Panasqueira - Brejo / Alverca do Ribatejo - A-dos-Potes / Verdelha - Casal das Areias	GAL - Congregar para Intervir	Casa de São Pedro de Alverca
Vários (Alcochete, Palmela, Moita, Sesimbra, Setúbal)	Alcochete Samouco	- Fonte da Senhora - Maçãs / Passil / Terroal - Núcleo Urbano de Alcochete - Núcleo Urbano do Samouco	GAL ADREPES Urbano	ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
	Pinhal Novo	- Zona Sul / Bairro da Sul Ponte		
	Quinta do Conde Sesimbra (Santiago)	- Boa Água / Casal do Sapo - Fontainhas - Cova dos Vidros e Ribeira de Coína - Conde 3 - Núcleo Central da Vila de Sesimbra / Pescadores - Calouste Gulbenkian - Misericórdia / 2 de abril - Almirante Gago Coutinho - Bombeiros - Infante D. Henrique		
	- Alhos Vedros - Baixa da Banheira e Vale da Amoreira	-		
	- Setúbal (São Sebastião) - União das Freguesias de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça)	Bairros: - Viso / Casal das Figueiras - Grito do Povo - Pescadores / Troino - Reboreda - São Francisco Xavier - Quinta Alves da Silva - Bela Vista (Bairros Amarelo, Rosa e Azul) - Santo António - Manteigada / 2 de abril		

Fonte: Sistema de monitorização do Portugal 2020.